



## O ESTIGMA SEGUNDO GOFFMAN

Maria Beatriz Menezes Valenciano de Almeida, bacharel em Direito, pela UNIFRAN.

Maria Cristina Menezes Valenciano, bacharel em Direito, pela UNIFRAN; mestre e doutora, pela UNESP Franca SP; especialista em Políticas Sociais, pela UNB Brasília. Pesquisadora e docente da Libertas Faculdades Integradas.

Joseli Anne de Almeida Caldeira Garzon, bacharel em Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, pelas Faculdades Integradas Newton Paiva de Belo Horizonte; bacharel em Direito, pela Libertas Faculdades Integradas, em São Sebastião do Paraíso MG; Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia pelo Centro Universitário de Batatais SP. Pesquisadora.

### Introdução

A partir da obra escrita por Goffman (1998) *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* entende-se por estigma a situação pela qual o indivíduo está inabilitado para a aceitação social plena.

Para que se torne de fácil entendimento a abordagem que pretendemos realizar sobre o termo, consideramos oportuno apresentar o conceito do mesmo.

Segundo Goffman (1998), o termo foi criado pelos gregos com o intuito de se referirem a sinais corporais através dos quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os possuía. Estes sinais eram feitos e tinham como utilidade diferenciar escravos, criminosos ou traidores, através de cortes ou marcas de fogo no corpo. Esta pessoa marcada, ritualmente poluída, deveria ser evitada, principalmente em lugares de frequência pública. Na Era Cristã, outras marcas foram somadas ao termo: primeiramente os sinais corporais de graça divina que tinham a forma de flores em erupção sobre a pele; e o segundo, uma



abordagem médica a essa religiosa, concernente a sinais corporais de distúrbios físicos. Segundo Pessotti (1984 p.5-6), acreditava-se que a pessoa com deficiência estava possuída pelo demônio, ou era “expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina receber”.

Atualmente esta terminologia é aplicada de maneira semelhante à original, entretanto, sendo mais utilizada à própria desgraça do que a sinais visíveis existentes no corpo de quem a possui.

Com relação aos tipos de desgraças causadoras do estigma, houve transformações do momento inicial para os vividos contemporaneamente, apesar de que os estudiosos da temática não empreenderam muitos esforços para descrever os pré-requisitos estruturais do estigma, ou ainda para propiciar uma definição do próprio conceito.

Para que seja possível nos aproximar mais da conceituação relativa ao estigma, consideramos importante resumir algumas afirmativas e definições que, apesar de gerais, colaboram para maior compreensão da temática.

A sociedade elabora os meios de categorizar as pessoas e o conjunto de requisitos considerados naturais e comuns para os membros enquadrados em cada uma destas categorias. Cotidianamente relacionamo-nos com um número sem fim de pessoas. No momento em que conhecemos um estranho, as primeiras impressões nos permitem prever a categoria a que pertence e os atributos que possui para que assim seja possível engajá-lo em dada categoria<sup>1</sup>.

Ao nos perguntarmos se as exigências foram preenchidas pela pessoa analisada, estamos considerando aquilo que a mesma deveria ter para que fosse aceita dentro da categoria denominada “normal”. A esta representação damos o nome de “identidade social virtual”. Esta se diferencia da “identidade social real” pelo fato de que esta segunda diz respeito aos atributos que esta pessoa, na realidade, prova possuir.

No momento em que conhecemos este indivíduo, que até então era estranho à nossa pessoa, é possível surgirem evidências de que o mesmo possui um atributo que o faz diferente de outras pessoas que se encontram em uma categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável – num caso radical, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Desta forma, a mesma é vista como alguém estragado e diminuído. Esta característica é um estigma, principalmente quando seu efeito gera grande descrédito, sendo assim considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem, constituindo uma dissonância

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo “identidade social”, visto por Goffman (1998, p.12) como melhor do que “*status social*”, uma vez que nele estão incluídos atributos como “honestidade e ocupação”, atributos estes chamados de estruturais. Estas constituem expectativas normativas, as quais são rigorosamente apresentadas e analisadas.



específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. Na realidade é criado um estereótipo para cada categoria, assim acontece de o destino da pessoa ser colocado em uma ou outra categoria.

O estigma é um atributo profundamente depreciativo. Concomitantemente, um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo nem honroso, nem desonroso. O estigma é uma relação de atributo e estereótipo, apesar de que Goffman propõe a modificação desse conceito, em razão de que considera que em nossa sociedade existem importantes atributos que levam ao descrédito.

Pensamos ser premente neste momento adentrarmos a uma subdivisão do termo estigma, a questão do desacreditado e do desacreditável. É possível que existam indivíduos estigmatizados que vivenciem estas duas realidades.

Para que melhor seja compreendida esta divisão, fazemo-la dividindo o termo estigma em três partes:

1. As abominações do corpo, as várias deformidades físicas;
2. As culpas de caráter individual, vistas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, inferidas através de relatos conhecidos, procedentes de distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical;
3. Os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através da linhagem e atingir por igual todos os membros de uma família.

Sintetizando, o estigma acontece quando uma pessoa, que poderia ter sido naturalmente recebida na relação social do dia-a-dia, por possuir um traço que pode chamar a atenção, pode ser afastado daqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção com relação a outros atributos que possua.

Os normais, aqueles que não possuem atributos tidos como negativos, crêem que alguém com estigma não seja completamente humano, mediante as imperfeições que possui. Parece que esta pessoa estigmatizada não consegue viver de acordo com o que foi efetivamente dele exigido e, mesmo assim, permanece relativamente indiferente ao tido fracasso, isolado por sua alienação, protegido por crenças de identidades próprias, ele sente que é um ser humano completamente normal e que os normais é que não o são. Outra postura que pode ser adotada pelo estigmatizado é a da vergonha, ao perceber que um ou mais atributos que possui são impuros e pode imaginar-se como um não portador dele.

Intencionando corrigir os atributos negativos que possui, existem casos que recorrem à cirurgia plástica, à psicoterapia, onde isso seja possível. Isso leva não a aquisição de um *status* completamente normal, mas a uma transformação do ego. Outro ponto a ser abordado é a predisposição à “vitimização”, como consequência da exposição da pessoa estigmatizada a outras ou utilização de meios para corrigi-la (tentativas de clarear a pele, esticar o corpo), ou seja, mudar características. Muitas



vezes estas pessoas chegam a atos extremos para conseguir seus intentos.

Também existe a tentativa de corrigir a sua condição de maneira indireta, realizando grande esforço individual ao domínio de áreas, geralmente, consideradas vetadas por razões físicas ou circunstanciais, a pessoa com o mesmo tipo de defeito (aleijado que aprende ou reaprende a nadar, montar, ou cego que se especializa em esqui ou escalar montanhas). A pessoa que possui um atributo que a diferencia de forma vergonhosa, tenta de forma obstinada empregar sua interpretação não convencional do caráter de sua identidade social.

Também, o que pode acontecer é a utilização do estigma por seu portador, para a obtenção de “ganhos secundários”, como desculpa pelo fracasso. Ou, indo ao extremo, o estigmatizado pode ver as privações que possui como uma bênção divina e secreta, crendo que o sofrimento pode lhe ser útil com relação ao ensinamento de vida e inclusive atentar para as limitações que os normais possuem.

Em momentos em que normais e estigmatizados se encontram, principalmente quando tentam dialogar, ambos os lados poderão enfrentar diretamente as causas e efeitos do estigma. A pessoa estigmatizada pode se sentir insegura, por não saber como os normais o identificarão e qual a receptividade. A angústia do estigmatizado é não saber o que os outros, os normais, pensam a seu respeito. Estes contatos são chamados de “mistos”, onde o estigmatizado se vê como que exposto ou exibido, vulnerável. Sente que seus mínimos atos podem ser avaliados como representações de capacidades notáveis ou extraordinárias. Consideram que por enganos ou erros incidentais, podem ser interpretados como expressão direta de seu atributo.

Ao se tratar de uma pessoa desacreditada, é provável que ela sinta que, ao estar entre as demais, tidas como normais, a “exposição” denota invasão de sua privacidade.

Como resposta a esses contatos mistos, esta pessoa estigmatizada pode se revestir previamente de uma capa protetora ou então adotar postura agressiva e violenta, o que pode provocar nas pessoas com quem se relaciona resultados desagradáveis. É possível afirmar que estigmatizados migram da timidez à rebeldia, apesar de que, por estarem mais expostos que os normais a estes contatos mistos, supõe-se, tenham maior habilidade para lidar com estas situações.

## **1. O igual e o informado**

No estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse em sua maioria está pautado para o tipo de vida coletiva que os estigmatizados levam. Assim, existem redes de ajuda mútua constituídas por ex-presidiários, ex-



adolescentes institucionalizados, prostitutas, homossexuais, por raça, nacionalidade, etnia etc., tendo a família como unidade básica de organização, e não o indivíduo.

Segundo Goffman (1988, p. 32)

O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais, cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida.

Os “oradores” são os que apresentam casos, discussões, promovem palestras, a ideologia do grupo, suas queixas, suas aspirações, sua política, para outros estigmatizados, normais ou para platéias de normais, em nome de seus pares. São tidos como heróis da adaptação, sujeitos a recompensas públicas por provar que uma pessoa de sua categoria pode ser “uma boa pessoa”, um humano. Isto faz parte da ideologia dominante.

Esta citação de Goffman (1998, p. 35) condiz com nossa análise:

São pessoas com estigma que têm, de início, um pouco mais de oportunidades de se expressar, são um pouco mais conhecidas ou mais relacionadas do que os seus companheiros de sofrimento e que, depois de certo tempo, podem descobrir que o ‘movimento absorve todo o seu dia e que se convertem em profissionais’.

Existem pessoas das quais os estigmatizados podem esperar algum apoio: as que compartilham do seu estigma, seus iguais e os que são chamados de “informados”, os que são normais, mas que, por situações especiais que vivenciam, os levaram a privar a vida secreta do indivíduo estigmatizado e simpatizar com ela, e que possuem, ao mesmo tempo uma aceitação, uma pertinência cortês ao clã (Goffman, 1998). Constituem estas pessoas a categoria dos marginalizados, que por esta razão, fazem com que o estigmatizado não careça se envergonhar ou autocontrolar (prostitutas, homossexuais, ex-presidiários, ex-institucionalizados de várias instituições, enfermeiras, terapeutas, policiais, etc.).

Um segundo tipo, os “informados”, são indivíduos que se relacionam com o estigmatizado através da estrutura social: esposa de presidiário, filho de doente internado em clínica psiquiátrica, mãe de adolescente institucionalizado na FEBEM-SP<sup>2</sup>, amigo de uma pessoa cega.

Goffman (1988, p. 39-40) propicia-nos um exemplo a este respeito:

Querida Ann Landers:

Sou uma menina de 12 anos que é excluída de toda atividade social porque meu pai é um ex-presidiário. Tento ser amável e simpática com

---

<sup>2</sup> Leia-se Fundação Casa.



todo mundo, mas não adianta. Minhas colegas de escola me disseram que suas mães não querem que elas andem comigo, pois isso não seria bom para a sua reputação. Os jornais fizeram publicidade negativa de meu pai e apesar dele ter cumprido sua pena, ninguém esquecerá de fato.

Há algo que eu possa fazer? Estou muito triste porque não gosto de estar sempre sozinha. Minha mãe procura fazer com que eu saia com ela, mas quero a companhia de pessoas da minha idade. Por favor, dê-me algum conselho: Uma proscrita.

Pertence a Silva (1997, p. 176) um dos “representantes” mais conhecidos das categorias estigmatizadas caracterizadas pelo processo de institucionalização na FEBEM-SP, esta citação:

Por esse vício de conceituação, o ex-interno da FEBEM, quando adentra o Sistema Penitenciário (ou ainda no próprio Distrito Policial), já é tido como de acentuada periculosidade e, mesmo que não tenha registros policiais nem condenações anteriores, é visto como um reincidente institucional e tratado com tal. A rigor não pode existir nenhum tipo de informação que relacione a vida pregressa do indivíduo, enquanto menor, com os delitos cometidos na fase adulta, para efeito de apenação, mas a verdade é que isso acontece rotineiramente e é até mesmo a primeira das informações que a polícia busca extrair do indivíduo, quando ele se envolve em uma infração criminal; se ele tem ou não passagem pela FEBEM.

Acrescentamos a visão de Goffman (1998, p. 49), com relação aos estigmatizados de maneira geral:

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada à sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato contínuo com aqueles que irão transformar-se em companheiros de infortúnio.

Na obra de Misse (1979) intitulada *O estigma do passivo sexual – um símbolo do estigma no discurso cotidiano*, Goffman é uma referência obrigatória.

Misse (1979, p. 26) pontua:

Goffman está evidentemente preocupado com a manipulação da identidade pelo indivíduo, com o ‘tato’ e a ‘prudência’ nas relações interpessoais. Em função desta última distinção, Goffman pôde agregar que às discrepâncias entre a identidade virtual e a real se produzirão sempre e sempre darão lugar a um necessário manejo de tensão (com relação ao desacreditado) e da informação (com relação ao desacreditável). Como se vê o estigmatizado tem, sobretudo uma necessidade: a de controlar a ‘informação’ de seu estigma,





principalmente quando este não é evidente (caso do desacreditável).

A informação social do estigma pode ser transmitida por qualquer símbolo, denominado por Goffman como “símbolo do estigma”. Um defeito físico é um defeito físico e concomitantemente pode ser objeto ou símbolo de estigma.

Para Misse (1979), a maior dificuldade do conceito de “símbolo de estigma” proposto por Goffman (1988) está relacionado à sua visibilidade, ou seja, até que ponto este estigma serve para comunicar que o indivíduo é possuidor do mesmo? Para ele, este signo identificador da razão do estigma, por ser consciente aos agentes, por vezes pode ser manipulado ou escamoteado por ele próprio. Paralelamente, o estigmatizado pode fazer uso dos “símbolos de prestígio” que atuam como “desidentificadores”.

Goffman (1988), ao conceituar o estigma, não o constitui a partir de um atributo desacreditador, de um preconceito ou estereótipo dominante, mas a partir de diferentes formas de relações sociais, cujos indivíduos, conscientes ou não, manipulam estes atributos, mostram-nos ou escondem-nos em suas diversas formas de agir.

Intencionando reunir maior quantidade de referenciais teóricos sobre o tema, intensificamos buscas, entretanto, mais uma vez foi possível perceber que os estudiosos do assunto embasam-se nos estudos realizados por Goffman (1988).

Localizamos no artigo elaborado por Gondim (1981/1982, p. 29-30) sobre o estigma do favelado na política habitacional do Rio de Janeiro a seguinte argumentação:

A idéia do estigma está relacionada com a existência de expectativas que norteiam as relações sociais [...]. É necessário enfatizar, numa concepção, a interação social subjacente ao sistema classificatório. Com efeito, o estigma se produz a partir de reações sociais pautadas por posições definidas na estrutura social. Conseqüentemente a posse de uma determinada característica, em si mesma, não confere estigma a nenhum indivíduo ou grupo. Para que isto ocorra, é necessário um relacionamento com outro indivíduo ou grupo que considere tal característica desabonadora.

Vale ressaltar que também para esta pesquisadora, Goffman (1998) serviu de referência principal para a abordagem teórica do estigma.

Neste momento, citamos outra abordagem do estigma, desta feita, apresentada por Gomide (1988, p. 67-68), que o associa aos portadores de lepra do Brasil. A autora a este respeito enfatiza:

O portador da lepra, embora sob outras condições, é ainda marcado no século XX pelo estigma da exclusão e do desprezo medievais. É vítima



do policiamento e da perseguição de uma sociedade que, agindo sob a égide da Medicina Social e em nome da Saúde Pública, utiliza-se de novas práticas de exclusão e segregação social.

Como feito pelos autores supracitados, Fernandez e Vaz (1998, p. 30-33) utilizaram a obra de Goffman (1988) intitulada *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* como uma das referências teóricas na monografia denominada *Desmistificando o estigma da adoção na cidade de Franca*; deste trabalho subtraímos a seguinte citação:

Hoje, no que diz respeito à adoção, podemos notar uma correlação deste conceito – estigma – ao processo. Tanto a criança como a família que adota, ficam marcadas perante a sociedade. Nós mesmos utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, adotado, menor infrator, moleque de rua e outros tantos como meio de identificar determinadas pessoas, crianças, sem pensar no seu significado original.

Algumas famílias preferem não falar sobre a origem da criança a outras pessoas, com medo de rejeição e discriminação por parte dos membros da própria sociedade. Segundo Bleger (1977), “são técnicas ou estratégias com que a personalidade total opera para manter o equilíbrio intrapsíquico, eliminando fontes de insegurança, perigo, tensão ou ansiedade, quando, por alguma razão, não está sendo possível lidar com a realidade”.

Ao realizarmos a fase relativa ao levantamento bibliográfico, encontramos a temática “preconceito”<sup>3</sup> mencionada por vezes como sinônimo da palavra estigma. Por entendermos que o estudo do preconceito poderia complementar a abordagem do estigma, dentre as leituras realizadas, a obra editada por Lerner (1996/1997) nos propiciou diferentes abordagens sobre o assunto. Esta obra se originou de palestras proferidas por profissionais e estudiosos que participaram de encontro promovido pela Secretaria da Cultura do Governo Mário Covas, dentro do Programa Convivência Cidadã, juntamente com a Universidade de São Paulo e a sua Faculdade de Direito, além de representantes da sociedade civil e estudantes. Vários foram os palestrantes que abordaram o tema. Destacamos algumas citações que julgamos pertinentes ao estudo que ora realizamos.

Cardoso *in* Lerner (1996/1997, p. 16) pontua:

[...] apesar de a discriminação atuar no nível da sociedade, o estado tem um papel fundamental nessa questão. São dois planos e duas

<sup>3</sup> Preconceito é uma ideia prévia à formação de um conceito. Percebemos que na vida cotidiana a palavra preconceito é utilizada para especificar o próprio preconceito e também para se referir ao estigma, não sendo realizado pela população de um modo geral, discernimento entre as duas.





ações: é tarefa do Estado atuar para construir uma igualdade inexistente e que é sempre imperfeita. Por isso o Estado deveria usar mais os instrumentos de discriminação positiva.

Kehl *in* Lerner (1996/1997, p. 25-26) aborda a seguinte questão:

Por fim, gostaria de sugerir alguns preconceitos produzidos em consequência deste mal-entendido contemporâneo. Em primeiro lugar, já que todos são convocados para gozar de privilégios – o que seria impossível – logo se estabelece uma distinção entre quem goza e quem não goza nas sociedades de consumo, implicando numa diferença de qualidade entre os sujeitos: capazes e incapazes, competentes incompetentes até, no limite da perversidade, merecedores ou não-merecedores (de privilégios, de excessos, etc.). A sociedade se divide entre os que ‘conquistam o direito de gozar e os outros, otários, a serem usados e abusados pelos mais espertos.

Para Bucci *in* Lerner (1996/1997, p. 39) com relação ao preconceito:

Devemos observar também como os preconceitos são a um tempo causa e consequência de realidades perversas. Muitos imaginam que mentes preconceituosas fabricam situações injustas. Outros acreditam que a sociedade de classes é quem gera todos os preconceitos. O fato é que as duas alternativas são verdadeiras. Os negros da África do Sul, para ficarmos num dos exemplos mais recorrentes, não tiveram os mesmos direitos dos brancos (e, em certa medida não os têm até hoje). Isso era (ou é) resultado de preconceito e também era (ou é) origem de mais preconceito. Nessa matéria, não basta mudar a situação concreta. Também não basta mudar as mentalidades. É preciso atuar nas duas frentes.

Sobre o preconceito, Dallari *in* Lerner (1996/1997, p. 107-108) ressalta:

Em conclusão, o preconceito não tem justificativa moral nem jurídica e é essencialmente mal e pernicioso. O preconceito estabelece a desigualdade entre as pessoas, sacrifica valores fundamentais, justifica agressões à dignidade da pessoa humana, e por isso tudo, é expressão de uma perversão moral que deve ser, incansavelmente, denunciada e combatida. O preconceito agride a igualdade essencial de todos os seres humanos e *por isso é necessário criar barreiras às suas investidas.*

Chauí *in* Lerner (1996/1997, p. 118) assim conceitua o preconceito:

Preconceito como a palavra indica, é uma idéia anterior à formação de um conceito. O preconceito é uma idéia preconcebida, anterior, portanto, ao trabalho de concepção ou conceitualização realizada pelo pensamento. As quatro marcas mais significativas do preconceito são:

1 – não se surpreende nem se admira com a regularidade, a constância e a repetição das coisas, nem, ao contrário, com a diferença e a

singularidade delas; admira-se apenas com aquilo que é julgado único, extraordinário, novo e que, imediatamente, é inserido no quadro de idéias e juízos preconcebidos, encarregados de dar sentido ao nunca visto, nunca dito ou nunca pensado. O preconceito exige que tudo seja familiar, próximo, compreensível imediatamente e transparente, isto é, inteiramente penetrado por nossas opiniões e indubitável. Não tolera o complexo, o opaco, o ainda não compreendido;

2 – exprime sentimentos de medo, angústia, insegurança diante do desconhecido e o conjura (ou esconjura) transformando tais sentimentos em idéias certas sobre as coisas, os fatos e pessoas por meio dos quais julga tudo quanto não havia visto;

3 – propenso a admirar o que não compreende, mas aterrorizando-se com isso, e, portanto, propenso a reduzir o desconhecido ao conhecido e indubitável, o preconceito é o obstáculo maior ao conhecimento e à transformação. Ignorante, o preconceito é conservador. Não existe nada mais conservador do que o preconceito de ser moderno, como veremos mais adiante;

4 – o preconceito é intrinsecamente contraditório: ama o velho e deseja o novo, confia nas aparências, mas teme tudo que reluz não seja ouro, elogia a honestidade mas inveja a riqueza, teme a sexualidade mas deseja a pornografia, afirma a igualdade entre os homens mas é racista e sexista, desconfia das artes mas não cessa de consumi-las, desconfia da política mas não cessa de repeti-la.

Encontramos na caracterização do preconceito, realizada por Chauí, pontos perniciosos e pejorativos tão profundos quão os encontrados no estigma.

Sobre o preconceito, Santos *in* Lerner (1996/1997, p. 134) realiza os seguintes esclarecimentos, enfatizando a questão da negritude, enquanto negro que era “... há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país”.

Consideramos oportuno registrar que intencionalmente apresentamos as temáticas relativas ao preconceito e estigma, sob diferentes abordagens por considerar que:

- Ambos são profundamente depreciativos;
- São obstáculos à cidadania;
- Ferem a dignidade humana;
- Necessitam do estabelecimento de relação entre o ser estigmatizado/preconceituado e de outro que sofra a conseqüência de tais posturas;
- São involuntários, por parte de quem os sofre, as pessoas alvos;
- Por vezes são contraditórios, conservadores, avassaladores e selvagens;
- São reais e se retroalimentam.

Assim, a citação supra-referenciada (Santos *in* Lerner, 1996/1997, p. 134)



nos satisfaz para o fechamento deste capítulo, pois reforça e reafirma a tese de que no racismo, o preconceito decorrente é apenas uma dentre tantas formas de estigmatização.

## 2. Os estigmatizados, a ideologia e os seus representantes

É cada vez mais comum a existência de agências e agentes que representem a categorias de estigmatizados (cegos, surdos, alcoólatras, judeus, ex-presidiários, deficientes mentais, etc.). Uma tarefa típica destas agências e agentes é sensibilizar a sociedade para que abrandem seus olhares com relação aos estigmatizados daquela categoria, que não os chamem por nomes pejorativos (deficientes, bandidos, menor etc.). Outra tarefa é de representarem seus pares, atuam como “oradores”, passam a ser vistos como “heróis” e tomados como modelos. Apresentam suas histórias de vida, independente de suas características pessoais, dom, sorte, como algo possível a qualquer um de seus colegas estigmatizados (Rossi, 2001).

As suas histórias de sucesso são publicadas, ganham notoriedade nacional, viram lendas vivas. Aliás, com relação à questão de crianças e adolescentes institucionalizados em nosso país, assistimos recentemente à criação destes ídolos. Passam a ser respeitados, escrevem e têm seus livros publicados, são convidados a comparecerem a programas veiculados pela mídia, fazem palestras. Seus pontos de vista terão provavelmente algum tipo de representação pública. Um questionamento que se faz necessário: o que acontece com os demais estigmatizados de sua ou de outras categorias que não possuíram a oportunidade de resgatar a dignidade? Ou que não possuíram a sorte de encontrar alguém que os amparasse e respaldasse? Ou ainda aqueles que mesmo tendo passado por situação semelhante não possuem o nível de inteligência, criatividade, dom, etc? Acreditamos que serão ainda mais vistos como incapazes, uma vez que um colega seu, por ter desejado mudar sua vida, conseguiu. Serão os demais ainda mais cobrados, renegados e estigmatizados dentro de sua própria categoria.

Assim surgem os estigmatizados “profissionais”. Ao contrário de apoiarem em suas muletas, utilizam-nas para jogar golfe, deixando de ser no que concerne à participação social, os agentes das pessoas que eles representam<sup>4</sup>. Com a notoriedade conseguida, passam a ser heróis e vilões de sua própria categoria.

Vários são os motivos que tornam crianças e adolescentes institucionalizados na FEBEM-SP, seres estigmatizados. Em muitos casos, e com significativa frequência, vários atributos tidos como negativos sobrepõem-se em um mesmo caso, como por exemplo, criança ou adolescente, negro, filho de mãe solteira (presidiária), portador de deficiência mental e institucionalizado.

Sintetizando, ao serem institucionalizados, vistos como pessoas institucionalizadas, passam a somar a todas as outras formas de estigmas já vivenciadas, mais uma e altamente pejorativa, que é o fato de viver na FEBEM-SP e por esta razão sofrer a generalização de que como todos os outros

<sup>4</sup> No caso de adolescentes desinstitucionalizados da FEBEM-SP, os representantes mais conhecidos desta categoria de estigmatizados são Roberto da Silva autor do livro *Os filhos do Governo* utilizado nesta tese, Roberto Carlos Ramos, pedagogo, narrador e palestrante.



institucionalizados serem pessoas não recomendáveis, más e perigosas, desacreditáveis, como menciona Goffman (1988, p. 14). Ao serem desinstitucionalizados, carregam consigo o estigma relativo à vida na FEBEM, quase sempre irreversível.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda *et al.* **Adolescência**. Trad. Ruth Cabral. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALVIM, R.; VALADARES, L. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo da Biblioteca de Ciências Sociais – ANPOCS**. Rio de Janeiro: Vértice. N. 26, 1998.

AMATO, Mário. **Revista Problemas Brasileiros**, n. 331, jan./fev. 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2 ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. *In*: KALOUSTIAN, Silvio M. (org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez/Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 61-76.

BLEGER, José. **Psicologia de La Conduta**. Buenos Aires: Paidós, 1977.

BOGDAN, Robert O.; BIKLEN, S. Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução a teoria e aos métodos. Trad. Maria José Alvarenga, Sarah Bahia dos Santos e Telma Marinho Baptista. Porto Alegre: Porto, 1994. (Coleção Ciência da Educação, 12).

BRADLEY, Jonathan; DUBINSKY, Jonathan. **A adolescência**: compreendendo seu filho de 15 – 17 anos. Trad. Nádia Lamas. Rio de Janeiro: Imago, 1995 (Série Mini Imago).



BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: IMESP, 1996.

BUCCI, Eugênio. Sociedade de consumo ou consumo de preconceitos. *In*: LERNER, Julio (Ed.) **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

CALÓ, Beth Kabengue Minanga. Racismo. Esta luta é de todos. **Raça Brasil**, São Paulo: Símbolo, ano 5, n. 5, out. 2000. ISSN 1413-8085.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da adolescência**: normalidade e psicopatologia. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARDOSO, Ruth. A cidadania em sociedades multiculturais. *In*: LERNER, Julio (Ed.). **Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. *In*: KALOUSTIAN, Silvio M. (org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez/ Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 93-108.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CENTRO Brasileiro de Análise e Planejamento. **A criança, o adolescente, a cidade**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

CHAUÍ, Marilena. Senso comum e transparência. *In*: LERNER, Julio (Ed.) **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola, 16). ISBN 85-249-0444-5.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Hariusoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho (Orgs.) **Sofrimento psíquico nas organizações**: saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.



DA MATA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAL PICOLO, Léa M. L. **Perspectivas do Serviço Social na Unidade Educacional de Abandonados – 2 – FEBEM – SP – Batatais**: na sociedade civil e instituição pública. 1990. 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Assistente Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1990.

DALLARI, Dalmo. Policiais, juízes e igualdades de direitos. *In*: LERNER, Julio (Ed.) **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DEL PRIORE, M. (Org.) **A história das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 4. ed.. Campinas: Autores Associados, 1994 (Coleção Polêmica do nosso tempo, 25). ISBN 85-185701-02-01

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. ISBN 85-224-1241-3.

DINIZ, Tânia M. Ramos Godói. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em Serviço Social. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade**. NEPI – PUC/SP, n. 1, p. 27-40, maio 1994.

EDMUNDO, Lygia Pereira. **Instituição**: escola de marginalidade? São Paulo: Cortez, 1987.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. **Infância e sociedade**. Trad. Gildásio Amado. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **Identidade, juventude e crise**. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. (Ciências da educação).

FERNANDES, Renata; VAZ, Viviane Cristina. **Desmistificando o estigma da adoção na cidade de Franca**. 1988. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1988.

FERREIRA, Rosa M. Fisher. **Meninos de rua**: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. CEDC, 1979. 173 p.

FRANCIOZI, Irene; PELICIORI, Maria Eunice; FERNANDES, Maria Goretti. **Análise da situação do menor institucionalizado e proposta de ação em nível de**





**instituição-comunidade-família.** 1982. 96 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1982.

FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FROMM, Erich. **A arte de amar.** Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. (Coleção Perspectivas do mundo).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR – FEBEM – SP. **Diretrizes educacionais – Operacionalização das Diretrizes Educacionais.** São Paulo: FEBEM, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Unidades operacionais da FEBEM-SP:** fichas técnicas. Menor carentado. Profissionalização. São Paulo: FEBEM, 1980.

GALLATIN, Judith Estelle. **Adolescência e individualidade:** uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência. Trad. Antônio Carlos Amador Pereira e Rosane Amador Pereira. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978.

GAUDÊNCIO, Paulo. **Men at work:** como o ser humano se torna e se mantém produtivo. São Paulo: Memmon, 1995.

GERA, Maria Zita Figueiredo. **Criatividade (fluência e originalidade) em crianças carentes culturais:** um estudo transversal. 1973. 131 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. ISBN 85-224-0724-X.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada.** Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômio, prisões e conventos.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOMES, Jerusa Vieira. Família popular: mito ou estigma? **Travessia – revista do migrante.** Publicação do CEM, ano 4, n. 9, p. 5-9, jan./abr. 1991.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. Estigma e segregação social: a questão da lepra no Brasil. História e perspectivas. **Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia,** v. 1, n. 1, p. 67-85, jul./dez. 1988.

GONDIM, Linda Maria. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, v. 12/13, n. 112, 1981/1982.



GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa *ET al.* **Trabalhando abrigos.** São Paulo: IEE/PUC-SP/ Brasília: Secretaria da Assistência Social/MPAS, 1998a

\_\_\_\_\_. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente.** São Paulo: IEE/PUC-SP/ Brasília: Secretaria da Assistência Social/MPAS, 1998b.

GUIRADO, Marlene. **A criança e a FEBEM.** São Paulo: Perspectiva, 1980. 198 p.

HERZER. **A queda para o alto.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 200 p.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. **Antropologia Cultural e Social.** Trad. Euclides Carnieri da Silva. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

HURLOCK, Elizabeth B. **Desenvolvimento do adolescente.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

KEHL, Maria Rita. Você decide e Freud explica. *In:* LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: análise de conteúdo.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. (Coleção Médium).

KLINTOWITZ, Jaime. Crime contra o futuro. **Veja.** São Paulo, ano 32, n. 38, p. 116-21, 22. set.1999.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1982.

LOMBARDI, Renato. “Só fazemos fumar, cheirar e planejar assaltos”. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 31 out.1999. Caderno Cidades, p. C8.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. *In:* FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. ISBN 85-2490-641-3.

\_\_\_\_\_. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maira Neves. **Antropologia: uma introdução.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. **FEBEM, família e identidade: o lugar do outro.** 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.



MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI – PUC/SP**, n. 1, p. 11-18, 1994.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O emprego chegou ao fim? **Problemas brasileiros**. n. 325, jan./fev. 1998.

MENDES, Mariângela Finotti Ribeiro. **O mercador de rua: trabalho, cotidiano e perspectivas**. 2001. 172 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

MILANESI, Luis Augusto. **O paraíso via Embratel: o processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros, 32).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. ISBN 85-326-1145-1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hatedc-Abramo, 1996.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual: um símbolo do estigma no discurso cotidiano**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. (Coleção Textos Paralelos).

MPAS/FUNABEM. Memória histórica 16 anos depois. **Revista FUNABEM**, ano 20, p. 11-34, 1984.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Projeto Diagnóstico Integrado para uma nova política de Bem Estar do Menor**. Fundação João Pinheiro, 1987.

\_\_\_\_\_. **Compromisso político e diretrizes técnicas**, 1987/1989.

NEPI- Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um intrigante desafio**. Programa de Estudos pós graduados em Serviço Social. Seminário sobre Metodologias Qualitativas de Pesquisa – PUC. São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Pe. Zezinho, scj). **O direito de ser jovem**. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. 166 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PASTORE, José. O futuro do emprego. **Veja**, São Paulo, ano 33, n. 1, p. 92, 25 out. 2000 (Cadernos Especial).

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz/ USP, 1984.



PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/ Universitária Santa Úrsula/Anais Livraria, 1995.

POLES, Cristina. Vida brasileira: Fábula moderna. A história (quase encantada) de um ex-interno da FEBEM, salvo da sarjeta por uma francesa. **Veja**, São Paulo, ano 33, n. 41, ed. 1670, 11 out. 2000.

POMPEU, Renato. Crescendo sem pai e sem mãe. **Revista Goodyear**. Departamento de Relações Públicas da Goodyear, p. 10-11, jan./fev./mar. 1989.

QUEIROZ, José J. (Org.). **O mundo do menor infrator**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

RAMIA, Rose L.C. **O paradoxo do menor infrator institucionalizado**: ser considerado “anti-social” pelo Código Penal, ao mesmo tempo em que reproduz a sociedade capitalista. 1989. 155 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

REIS, José Roberto Tozani. Família, emoções e ideologia. In: LANE, Silvia, T.M.; CODO, Wanderley (Orgs.) **Psicologia social**: o homem em movimento. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 99-124.

RIZZINI, I. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1988. (Série de Estudos, 3).

RODRIGUES, Marlene. **Psicologia educacional**: uma crônica do desenvolvimento humano. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

ROSA, Merval. **Psicologia evolutiva**: problemática do desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. v.1.

ROSSI, Valéria. Ex-interno da FEBEM defende tese amanhã. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2001. Caderno Cidades, p. C3.

ROTTER, Julian B.; HOCHREICH, Dorothy J. **Personalidade**. Trad. Maria da Glória Rocha Maron. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.) **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SEDA, Edson. **A proteção integral**: um relato sobre o cumprimento do novo direito da criança e do adolescente na América Latina. [s.l.]: Adês, [s.d.].



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 85-249-0050-4

SILVA, Eduardo Roberto Domingues da. FEBEM- Um cotidiano de muito trabalho. **Problemas Brasileiros**. n. 331, jan./fev. 1999.

SILVA, José Fernando S. da. **Uma análise crítica da visão dos meninos e meninas de rua da cidade de São Carlos**. 1993. 146 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do Governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Irene Sales de. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro**: arte, cultura, política. 1991. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os educadores e as relações interétnicas**: pais e mestres. Franca, UNESP/FHDSS, 2001 (Dissertações e Teses, 1). ISBN 86420-27-1.

SPINK, Mary Jane P. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. ISBN 85-249-0718-5.

SRANGER, Eduard. **Psicologia da juventude**. Trad. Thomas Newlands Neto. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TIBA, Icamí. **Puberdade e adolescência**: desenvolvimento psicossocial. São Paulo: Agora, 1986.

\_\_\_\_\_. **Sexo e adolescência**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **O executivo e sua família**: o sucesso dos pais não garante a felicidade dos filhos. São Paulo: Gente, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 85-224-0273-6.

VALENCIANO, Maria Cristina M.; NISHIDA, Eliana S.; ARAÚJO, Eliana Cristina de. **Proposta de reestruturação do funcionamento da equipe multidisciplinar da UE – 4 de Batatais para atendimento regional**. 1983. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Serviço Social) – Universidade de Ribeirão Preto, 1983.



\_\_\_\_\_. **O pensamento, valores e expectativas de adolescentes institucionalizados:** um estudo realizado na Unidade Educacional e de Permanência-5 FEBEM-SP. Batatais. 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

VEIGA, Aida. Tempos modernos. **Veja**, São Paulo, ano 3, n. 14, ed. 1643, 5 abr. 2000. Caderno especial Trabalho.

VIOLANTE, Maria Lúcia. **O dilema do decente malandro:** a questão da identidade do menor – FEBEM. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

VIORST, Judith. **Perdas necessárias.** Trad. Aulyde Soares Rodrigues. 20. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

VOLPI, Mario (Org). **O adolescente e o ato infracional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. ISBN 85-249-0648-0

\_\_\_\_\_. **Sem liberdade, sem direitos:** a privação de liberdade na percepção do adolescente em conflitos com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

WEIL, Pierre. **Organização e tecnologias para o terceiro milênio.** A nova cultura organizacional holística. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.